

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2024
PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 13/2024
Processo Licitatório 166/2024

AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2024, nos termos da Lei 14.133/2021, dos Decretos Municipais 19 e 43/2023, das demais normas legais aplicáveis, são registrados os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação - Pregão PRESENCIAL SRP nº 13/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. registro de preços para futura à futura aquisição de materiais para confecção e ornamentação de Natal de 2024.**
- 1.2. Os materiais deverão ser de acordo com as descrições e especificações do termo de Referência.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO REGISTRADO

- 2.1. O preço ora registrado será com a(s) empresa(s) abaixo identificada, conforme segue:**

Empresa: CIDADE METALURGICA LTDA - 55266						
CNPJ: 06.233.987/0001-70						
Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
2	30,00	M2	Adesivos com motivo de Natal, em 4 cores, arte a escolher em metro ²	Fort	137,00	4.110,00
4	3,00	UN	Alicate Força Junta dupla, Corte diagonal Pro Crv 6,5'	Worker	48,30	144,90
5	30,00	UN	Barra ferro estribo 5mm	Arcelor	22,30	669,00
11	5,00	UN	Cantoneira 1"x3/16, unidade de 6 metros	Arcelor	112,80	564,00
12	140,00	UN	Cantoneira 2"x1/8, unidade de 6 metros	Arcelor	141,70	19.838,00
13	5,00	L	Catalizador para resina poliéster frasco de 1 litro	Suvinil	120,00	600,00
15	7,00	UN	Chapa em alumínio, corrugada, medidas de 3,00mx1.25mx2,55mm	Terrac	2.156,00	15.092,00
16	34,00	UN	Chapa madeirite resinado 2,20x 1,10mx10mm	Comp Sul	64,70	2.199,80
17	20,00	TB	Cola Branca Cascorez extra, rótulo azul, adesivo PVA, tubos de 1Kg	Henkel	37,20	744,00
18	1,00	RL	Corda Nylon 8mm, rolo com 100m	Cordasul	96,00	96,00
24	3,00	UN	KIT Eixo SUSPENSÃO AMORTECEDOR CARRETINHA 1200 Kgchassi 1.30m	Antava	1.970,00	5.910,00
25	20,00	KIT	KIT PLUGUE PINO MACHO- 2 unidades no kit - 2p 10a +Tomada Fêmea 10ª, branco	Fame	6,70	134,00
26	25,00	UN	Lâmina de serra tico-tico para metal 100x8mm	Vonder	17,40	435,00
31	2,00	L	Massa acrílica branca, secagem rápida, tamanho galão de 18l	Revequartz	127,00	254,00
54	2,00	KIT	Válvulas para roda automotiva, em borracha para pneu de passeio TR414-rodas de liga leve ou ferro, em Kits com 05 unidades	Apollo	27,80	55,60

Total dos Produtos	50.846,30
---------------------------	------------------

Empresa: DANIEL PIOVESAN ULIANA LTDA - 110457

CNPJ: 49.781.240/0001-60

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
10	500,00	M	CABO PP Flexível, 2 vias, 2x2,5mm . Cabo PP Flexível 500V. Norma Aplicável ABNT NBR NM 247-5 Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450-750 V, inclusive – Parte 5 – Cabos flexíveis (cordões) (IEC 60227-5, MOD). Isolação: PVC/D 70°C - composto termoplástico extrudado à base de policloreto de vinila, com características especiais para não propagação e autoextinção do fogo. Cobertura: PVC/ST5 70°C .	FLEX FAST	4,75	2.375,00
20	2,00	KIT	Disco de lixa flap 4.1/2 " grana 40, kit com 50 unidades	FORTG	164,50	329,00
21	30,00	RL	Fita gomada com reforço 70mm, c/ aproximadamente 1.500Kg	PLASTPAR	42,00	1.260,00
30	30,00	M	Mangueira de ar, 2 lonas 6mm	SUNFLEX	7,00	210,00
32	1,00	UN	Moto compressor de ar 7,6 pés3/min2,0HP 24 litros/220V	FERRARI	1.017,00	1.017,00
36	150,00	UN	Parafuso brocante 12-14x 2'	FIXAR	0,49	73,50
37	50,00	UN	Parafusos ½x2"	FIXAR	0,99	49,50
39	8,00	UN	Pneus 165x70x13 para trezinhos do Papai Noel	SUNSET	302,97	2.423,76
41	400,00	UN	Ponteira interna tubo 3/4	METALPLAT C	0,35	140,00
43	2,00	RL	Grama sintética artificial 12mm, com proteção UV e anti-fungo 2,00 x25,00m(50m²). Rolo Fechado.	SUPERGRA MAS	1.700,00	3.400,00
45	2,00	RL	Sianinha 5mm, composição 100%viscose, rolo com 50m, na cor dourado	SÃO JOSÉ	47,00	94,00
51	5,00	UN	TRANQUETA BICO VIRADO, 45g4,7cmx 14cm, haste com 2,7cm de comprimento	MUNDIAL	28,66	143,30
Total dos Produtos						11.515,06

Empresa: JPLED LTDA - 113580

CNPJ: 32.683.888/0001-09

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
14	11,00	UN	Chapa acrílico transparente 3mm 1,50x2,50	Vitral	1.050,00	11.550,00
19	10,00	CX	CORTINA 500 LEDs, BRANCO QUENTE, com STROBO, fio branco macho/fêmea, à prova d'água, IP44,tomada macho/fêmea,220V, 4X2,20 caimento, 20w/220 V.	Brilhante	120,06	1.200,60
34	2,00	BOB	Papel pardo Kraft Natural, 100% celulose, medidas de 60cmx150m, bobina com uma unidade, pesando 7Kg	Irani	125,33	250,66

46	30,00	UN	Tábuas de pinus 3m x30cmx2,5cm plainadas	Pinhal	62,72	1.881,60
52	22,00	UN	Tubo 30x40x1.50mm	Arcelomital	100,00	2.200,00
53	22,00	UN	Tubo redondo 3"x1.50mm	Arcelomital	200,22	4.404,84
Total dos Produtos						21.487,70

Empresa: LUZES E DECÓR LTDA EPP - 94186

CNPJ: 19.786.942/0001-75

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	1.800,00	PAC	Abraçadeira de nylon 2,5mmx150mm branca/transparente, pacotes com 100 unidades	DECORLUX	4,89	8.802,00
6	200,00	UN	Bola natalina metalizada, USO EXTERNO, com filtro UV, 100 mm dourada.	BRILHA	9,90	1.980,00
7	165,00	UN	Bola natalina metalizada, USO EXTERNO, com filtro UV, 120 mm dourada.	BRILHA	16,23	2.677,95
8	100,00	UN	Bola natalina metalizada, USO EXTERNO, com filtro UV, 150 mm dourada.	BRILHA	28,71	2.871,00
22	5,00	PAC	Glitter, PVC, 500 g , cores a escolher	LANTECOR	45,00	225,00
27	50,00	M	MALHA SUPLEX de Poliamida, composição: 88% Poliéster e 12% elastano . Largura: 1,60m, cor BRANCA.	ITAUNA	33,16	1.658,00
28	30,00	M	MALHA SUPLEX de Poliamida,composição: 88% Poliéster e 12% elastano.METRO .Largura: 1,60m, na cor vermelho Ferrari.	ITAUNA	33,16	994,80
29	30,00	M	MALHA SUPLEX de Poliamida, composição: 88% Poliéster e 12% elastano.METRO .Largura: 1,60m, cor VERDE Natal.	ITAUNA	33,16	994,80
33	9,00	RL	Manta fibra em metro, 150g x2,20m , rolos com 30m	EVERDE	420,00	3.780,00
47	10,00	M	Tecido Courvin courino sintético, 1,40 de largura , na cor PRETA	PACHE	41,13	411,30
49	20,00	RL	TECIDO ALGODÃO CRU, largura 2,50 metros,100% algodão, cor cru, espessura média 126gr/m ² , rolo com 50m	ITAUNA	1.003,00	20.060,00
50	3,00	UN	Tesoura para costura, na cor Preto .Aço Inoxidável, Resina Termoplástica, Lâmina em aço inox.Cabo ergonômico.Textura antideslizante, 9,5 polegadas (9 1/2")	TRAMONTIN A	22,00	66,00
Total dos Produtos						44.520,85

Empresa: ML COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - 109604

CNPJ: 44.651.148/0001-61

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
48	20,00	M	Tecido malha VELUDO CRISTAL, 1,50 de largura, VERDE BANDEIRA	ADAR	20,61	412,20

Total dos Produtos	412,20
---------------------------	---------------

2.2. As quantidades, não necessariamente serão adquiridas em sua totalidade. As mesmas são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço.

2.3. As licitantes para as quais for adjudicado o(s) item(ns) e forem convocadas para a assinatura da Ata, obterão apenas a preferência de fornecimento do referido item até o término da vigência da Ata de Registro de Preços.

2.4. O Município de Frederico Westphalen não se responsabilizará por prejuízos financeiros, não cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso sob alegação da expectativa da contratação por parte do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O termo inicial de vigência da ata de registro de preços será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Único: Conforme art. 83, da Lei nº 14.133/2021, a Administração não está obrigada a realizar contratação por intermédio dessa Ata, podendo adotar, para tanto, licitação específica para o pretendido, desde que motivadamente, assegurando-se, todavia, a preferência de contratação aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.3. A contratação com o(s) fornecedor(s) registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

4.1. O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação.

4.2. Os preços poderão ser alterados, na forma de reajuste em sentido estrito, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro consistente na aplicação do índice do IPCA que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, observado o princípio da anualidade.

4.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

4.5. Caso a negociação seja frustrada, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, cabendo ao Município convocar os demais fornecedores, visando à igual oportunidade de negociação.

4.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a)** liberar o fornecedor do compromisso assumido, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b)** convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços,

adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.8. O fornecedor terá seu registro cancelado quando ocorrer quaisquer das hipóteses do Decreto Municipal nº 43/2024.

4.9. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços nas hipóteses e na forma do Decreto Municipal 43/2024.

4.10. Havendo alteração de preços dos materiais tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe a Lei 14.133/2021.

4.10.1. Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original, o objeto do registro e o preço da tabela da época.

4.11. O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos fiscais que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, ou componentes (anteriores e próximas à data de apresentação da proposta, e posteriores ao registro) ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados e julgados pelo Município.

4.12. O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

Parágrafo Único: Nas hipóteses, dos **subitens 4.10.** e **4.11.**, deverá ser solicitado via correspondência devidamente protocolada no Setor de Protocolo do Município, ou encaminhada via correio, aos cuidados do Setor de Compras do Município, o mesmo será considerado apenas a partir do recebimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. As hipóteses de cancelamento da ata estão dispostas no Decreto Municipal 43/2024.

5.2. No caso de cancelamento da ata, em que o fornecedor não tiver tido ingerência sobre a descontinuidade do produto no mercado, não será penalizado, contudo deverá ser feita a reclassificação da ata.

5.3. Se, no decorrer da contratação, o fornecedor apresentar pedido de cancelamento dos preços registrados, deverá apresentar justificativas pela não continuidade do fornecimento, sem prejuízo de aplicação das sanções dispostas nesta ata.

CLÁUSULA SEXTA- DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

6.1. O A entrega dos materiais deverá ser realizada conforme solicitação formalizada pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, juntamente com a Nota Fiscal, na BR 386, parque de Exposições de Frederico Westphalen/RS.

6.2. O prazo de entrega dos materiais, não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis, contados após da data de emissão da autorização de entrega, que poderá ser enviada por email.

6.3. O recebimento dos materiais será efetuado pela Secretária da Indústria, Comércio e Turismo Cristiane Tranquilo Sá e/ou, ainda por servidor devidamente designado para esta função.

6.4. Qualquer ocorrência que impossibilitar a realização da entrega no prazo deverá ser justificada com antecedência a contratante, sob pena de aplicação das penalidades e multas previstas no contrato.

6.5. Além da entrega no local designado pelo contratante, deverá a contratada, também, descarregar os produtos/materiais no local indicado, comprometendo-se, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

6.6. Será avaliado o acondicionamento dos materiais, no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, quebradas, trincadas e com aparências duvidosas não serão aceitas.

6.7. A contratada fica obrigada a substituir os itens recusados pelo contratante, observando que o mero recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade pela qualidade e validade dos materiais, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos em lei.

6.9. Na hipótese de o produto/material entregue não atender as exigências contratuais, o mesmo não será aceito, devendo a Contratada substituí-lo, imediatamente após a comunicação formal da contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O prazo de pagamento será de até 30(trinta) dias úteis, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do material, a entrega será na secretaria requisitante, atestado de recebimento e aprovação dos produtos pela fiscalização.

7.2. Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos materiais ou implicará em sua aceitação.

7.3. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7.4. Considerando o Art. 2º do Decreto Municipal nº 008/2022 o Município passará a aplicar a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 para fins de retenção de Imposto de Renda em seus pagamentos. Sendo que Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES NACIONAL e MEI não estarão sujeitas à retenção de IR.

7.5. Considerando o Art. 349, I do Código Tributário Municipal, LC 004/2018, o município efetuará a retenção do imposto sobre serviços - ISS, quando da prestação de serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

8.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das descritas no Termo de Referência:

- a)** Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou qualquer irregularidade encontrada nos produtos entregues para que sejam substituídos.
- b)** Supervisionar e fiscalizar a realização dos serviços/materiais.
- c)** Aplicar a Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais.
- d)** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada.

8.2. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das descritas no Termo de Referência:

- a)** A contratada deverá cuidar da segurança de seu pessoal empregado na execução da ata, obedecendo aos requisitos legais pertinentes, ficando a contratante e seus prepostos, isentos de qualquer responsabilidade com relação a eventuais acidentes de trabalho decorrentes da entrega, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- b)** A contratada responderá por danos, dolosa ou culposamente causada à contratante, a seus servidores ou a terceiros, na execução do fornecimento e pela má qualidade do objeto entregue, com exclusão da Contratante de seus efeitos, para todos os fins de efeitos, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- c)** Os serviços/materiais entregues serão avaliados pela qualidade, podendo a contratante recusar o recebimento.
- d)** A contratada deverá manter compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, inclusive aquelas relativas às especificações.
- e)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990).
- f)** Comunicar por escrito a Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- g)** Acatar as determinações dos responsáveis pelo recebimento e conferência dos serviços.
- h)** Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas,

seguros, encargos sociais e trabalhistas.

- i) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido pelo art. 125 da Lei 14.133/2021 do valor contratado inicialmente.
- j) Realizar a entrega dos materiais no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- k) Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO:

9.1. Nos termos do art. 117, III, da Lei nº 14.133/2021, fica a(o) secretário(a) da Secretaria Indústria, Comércio e Turismo e/ou servidor(a) designado(a), para a função de acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 18 e 120 da Lei 14.133/2021;

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial da ata ;
- b) dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do objeto ;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar a ata ou não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata ;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata ;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- n) recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- o) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- p) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 10.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ata com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2 do presente.

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.6. A aplicação das sanções previstas no item 10.2. deste não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.7. Na aplicação da sanção prevista no item 10.2, alínea “b”, do presente, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

10.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 10.2 do presente exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10.14. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Frederico Westphalen para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se a presente ata, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes.

Frederico Westphalen, RS, 14 de outubro de 2024.

José Alberto Panosso
Prefeito Municipal

Rudimar Luiz Zanco
CIDADE METALÚRGICA LTDA

Daniel Piovesan Uliana
DANIEL PIOVESAN ULIANA LTDA

Vera Lucia Tomasi
LUZES E DECÓR LTDA EPP

Tatiani Deonizia Arezi
JPLED LTDA

Maria Laura Altermann Palomas
ML COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA